



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36

Ativos totais: R\$ 292.432.697
Extensão de linhas em km: 412
Receita líquida: R\$ 24.381.893
Tensão em kV: 500
Subestações: 3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia")**, apresenta o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2014.

1) A Companhia

A RPTE é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico - segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e

consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$26.213.537, para o período de julho de 2014 a junho 2015 e de R\$ 25.871.993, para o período julho de 2013 a junho de 2014.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2014 e 2013 são:

	2014	2013
• Liquidez geral	199,11%	204,82%
• Liquidez corrente	233,73%	244,58%
• Relação patrimônio líquido/ativo	51,88%	53,03%
• Relação passivo não circulante/Ativo	48,12%	46,97%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	-10,38%	-5,32%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	10,59%	9,34%
• Endividamento do patrimônio líquido	92,76%	88,59%

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. Em 2014 iniciamos o Programa Jovem Aprendiz dando uma primeira oportunidade de trabalho a futuros profissionais. As ações na área de treinamento têm sido aprimoradas a cada ano. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar entraram no seu segundo ano e foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos, para a criação de um bom ambiente de trabalho, também foi incentivada.

Em 2014 também foi iniciado o primeiro Programa de Liderança da State Grid, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A Companhia incentiva e convida a todos a conhecerem suas ações sociais e ambientais que são apresentadas no Relatório Socioambiental do Grupo State Grid, e que está devidamente disponibilizado no site do Grupo (www.stategridbr.com).

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

A Administração

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	14	24.381.893	23.200.035
Custo da operação	15	(8.298.542)	(7.554.589)
Lucro bruto		16.083.351	15.645.446
Despesas com pessoal e administradores		(2.355.923)	(2.309.708)
Outras (despesas)/receitas operacionais	16	(8.857.195)	(162.711)
Lucro antes das receitas financeiras		4.870.233	13.173.027
Resultado financeiro	17	(18.700.088)	(18.069.259)
Receita financeira		17.622.025	14.195.273
Despesa financeira		(36.322.113)	(32.264.532)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(13.829.855)	(4.896.232)
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.930.980)	(4.025.996)
Prejuízo do exercício		(15.760.835)	(8.922.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(15.760.835)	(8.922.228)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	(15.760.835)	(8.922.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	2014	2013
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(13.829.855)	(4.896.232)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	20.894.759	19.110.574
Depreciação e amortização	85.077	304.823
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	426.418	(385.522)
Provisão para contingências	(8.472.368)	588.842
Provisão para compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos	11.890	-
Concessionárias e permissonárias	(237.240)	(126.709)
Ativo financeiro indenizável	1.190.125	548.682
Estoques	(90.082)	-
Impostos a recuperar	6.082.331	2.166.998
Adiantamentos a fornecedores	(120.865)	(295.929)
Outros ativos	7.800.510	183.880
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	248.152	121.160
Tributos e contribuições sociais	2.659.866	3.001.341
Impostos pagos	(3.558.140)	(4.025.996)
Juros pagos	(3.870.042)	(3.941.023)
Taxas regulamentares	205.488	(158.885)
Outros passivos	1.229.636	642.672
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.655.660	12.838.676
Aquisição de imobilizado e intangível	(358.812)	(450.616)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(358.812)	(450.616)
Empréstimos captados	129.914.375	7.297.594
Empréstimos pagos	(148.819.882)	(9.700.967)
Dividendos pagos	-	(4.754.704)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(18.905.507)	(7.158.077)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.608.659)	5.229.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.272.727	12.042.744
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.664.068	17.272.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissonárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.664.068	17.272.727
Concessionárias e permissonárias	6	3.128.604	3.317.782
Estoques		877.936	787.854
Adiantamento a fornecedor		614.548	493.683
Impostos a recuperar	7	3.376.211	10.913.169
Ativo financeiro indenizável	8	19.444.502	19.780.261
Outros ativos circulantes		101.139	16.190
		36.207.008	52.581.666
Ativo não circulante			
Ativo financeiro indenizável	8	241.316.572	242.170.938
Impostos a recuperar	7	2.873.884	1.419.257
Outros ativos não circulantes		1.000	7.886.459
Imobilizado		1.069.677	819.932
Intangível		11.171.564	11.147.573
		256.432.697	263.444.159
Total do ativo		292.639.705	316.025.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	170.886.000	1.237.128	14.032.932	(7.283.000)	-	178.873.060
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(8.922.228)	(8.922.228)
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	(8.922.228)	-	8.922.228	-
Dividendos Intermediários pagos	-	-	(2.377.352)	-	-	(2.377.352)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	170.886.000	1.237.128	2.733.352	(7.283.000)	-	167.573.480
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(15.760.834)	(15.760.834)
Absorção da reserva legal	-	(1.237.128)	-	-	1.237.128	-
Absorção da retenção de lucros	-	-	(2.733.352)	-	2.733.352	-
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	7.283.000	(7.283.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	170.886.000	-	-	(7.283.000)	(19.073.354)	151.812.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais)

1. Informações gerais

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 sala 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

(i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km; e pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimbondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km.

(ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimbondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$18.500.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 27 de junho de 2013, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.559/2013, estabeleceu a RAP em R\$ 25.871.993 para o período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$ 26.213.537 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Exceto pelas atualizações da RAP, não houve alteração no contrato de concessão e nas práticas contábeis relacionadas a estes contratos - ICPC01 (R1) Contratos de Concessão.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em

	Nota	2014	2013
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		450.300	212.147
Fornecedores - partes relacionadas	20	9.999	-
Empréstimos - terceiros	9	-	10.547.100
Empréstimos - partes relacionadas	9	12.197.114	7.209.624
Impostos e contribuições sociais		505.774	1.267.207
Taxas regulamentares	10	765.324	559.836
Outros passivos circulantes		1.562.740	1.703.267
		15.491.251	21.499.181
Passivo não circulante			
Empréstimos - terceiros	9	-	104.229.021
Empréstimos - partes relacionadas	9	107.907.841	-
Outras provisões - compensação ambiental		1.250.389	1.238.499
Provisão para contingências	11	-	8.472.368
Impostos diferidos	12	14.807.415	13.013.276
Outros passivos não circulantes		1.370.163	-
		125.335.808	126.953.164
Patrimônio líquido	13		
Capital social		170.886.000	170.886.000
Reserva de lucros		(19.073.354)	3.970.480
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(7.283.000)
		151.812.646	167.573.480
Total do passivo e do patrimônio líquido		292.639.705	316.025.825



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36

cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo financeiro indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber quando possui direito de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Dados históricos são utilizados como base para determinação do ativo financeiro indenizável, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada contrato.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que refleta o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) *pro rata tempore*, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

Mensalmente a provisão para a RGR é reconhecida tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Programa de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incorpentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

3.10 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.12 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses,

itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.13 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de adiantamentos a receber e ativo financeiro indenizável são classificados como ativos financeiros justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embuditos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Pronunciamentos que entraram em vigor em 2014

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar *hedges* descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de *hedge* atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2010-2012 - O IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar não circulante sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

Melhorias anuais - ciclo 2011-2013 - O IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que suas demonstrações financeiras são preparadas com base em IFRS em vigência.

4.2. Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

Existem pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. A Companhia está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar esses pronunciamentos quando entrarem em vigência, se aplicáveis. Os pronunciamentos a serem analisados são: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas, Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado, Melhorias anuais - Ciclo 2010-2012, IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 8 - Segmentos Operacionais, IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível, IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas, Melhorias Anuais - Ciclo 2011-2013, IFRS 3 - Combinação de Negócios, IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, IAS 40 - Propriedade para Investimento, IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes, Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias, Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, Alterações à IAS 16 e a IAS 41 - Agricultura: Plantas Frutíferas e Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas.

	2014	2013
Caixa	21.339	6.627
Bancos	358.933	2.077.878
Aplicações financeiras	8.283.796	15.188.222
	8.664.068	17.272.727

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar

seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

	2014	2013
A vencer	3.014.748	2.871.614
Vencidas até 30 dias	14.326	1.246
Vencidas até 60 dias	13.640	-
Vencidas até 90 dias	11.687	-
Vencidas há mais de 90 dias	529.698	473.999
	3.584.099	3.346.859
	(455.495)	(29.077)
	3.128.604	3.317.782

(-)PCLD

Em função do giro do contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2014:

Saldo em 1º de janeiro de 2014		(29.077)
Reversão		-
Complemento de provisão		(426.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(455.495)

7. Impostos a recuperar

	2014	2013
Circulante		
IR s/ aplicações financeiras	551.801	551.801
IR	1.837.680	859.202
CSLL	974.519	488.839
PIS (i)	-	1.598.607
COFINS (i)	-	7.364.916
Outros	12.211	49.804
	3.376.211	10.913.169

Não circulante		
PIS (i)	512.550	228.752
COFINS (i)	2.361.334	1.053.665
Outros	-	136.840
	2.873.884	1.419.257

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 1.261.107 de PIS e R\$ 5.809.692 de COFINS no exercício de 2014 visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

8. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

	2014	2013
Circulante	19.444.502	19.780.261
Não circulante	241.316.572	242.170.938
	260.761.074	261.951.199

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- o contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- o contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente da ANEEL ou para quem for delegada essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	2014	2013		
	Circulante	circulante	Circulante	circulante
China Development Bank (CDB) (i)	-	-	10.547.100	104.229.021
State Grid International Development (SGID) (ii)	12.197.114	107.907.841	7.209.624	-
	12.197.114	107.907.841	17.756.724	104.229.021

j) CDB

Em setembro de 2012 a Companhia captou um empréstimo no valor de USD 53.400.000, correspondente a R\$108.178.400, conforme contrato firmado em 20 de julho de 2012 com um custo de *Libor* + 2,85% a.a. e prazo de vencimento de 12 anos com pagamentos de principal e juros semestrais. Em 17 de novembro de 2014, como garantidora, a SGID liquidou, em nome da Companhia, todo o saldo devedor em um montante total de USD 47.337.800, correspondente a R\$ 123.196.625.

ii) SGID

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao CDB no montante de USD 6.092.471, correspondente a R\$ 14.015.345. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID, um novo empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,85% a.a. e no mesmo montante de USD 47.337.800, correspondente a R\$ 123.196.625, com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2024.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e ativos dados em garantia.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

2016	12.101.814
2017	12.101.814
2018	12.101.814
2019 - 2024	71.602.399
	107.907.841

10. Taxas regulamentares

	2014	2013
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	(130.719)	(145.299)
Taxa de fiscalização (TFSEE)	203.115	155.379
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	692.928	549.756
	765.324	559.836

11. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

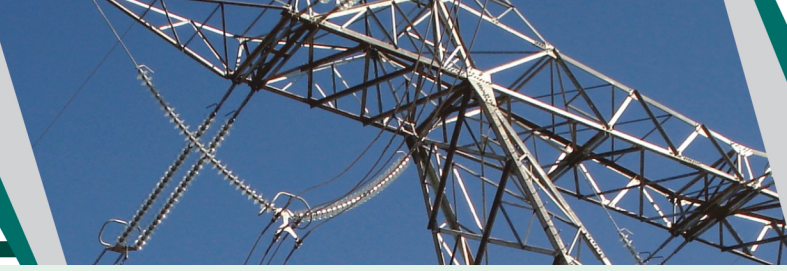
A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos



RIBEIRÃO PRETO

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36



quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2014	2013
Ambiental	602.745	260.000
	602.745	260.000

12. Impostos diferidos passivos

	2014	2013
Efeito da adoção do ICPC 01 (R1)	14.807.415	13.013.276
	14.807.415	13.013.276

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$170.886.000, dividido em 170.886.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2014 e 2013
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 10 de setembro de 2013, a Administração pagou o montante de R\$2.377.352 de dividendos intermediários referente à reserva de lucros referente ao exercício de 2012.

	2014	2013
14. Receita operacional líquida	28.086.265	26.631.161
Receita operacional bruta	12.553.331	9.425.436
Receita de operação e manutenção	15.423.904	16.980.224
Outras	109.030	225.501
Deduções da receita operacional	(3.704.372)	(3.431.126)
PIS	(484.593)	(448.467)
COFINS	(2.232.078)	(2.065.668)
Quota para RGR	(731.910)	(679.496)
P&D	(255.791)	(237.495)
	24.381.893	23.200.035

15. Custo da operação

	2014	2013
Pessoal	(5.642.778)	(4.245.722)
Material	(93.109)	(120.224)
Serviços de terceiros	(1.482.476)	(1.474.747)
Repasse	-	-
Arrendamentos e alugueis	(23.254)	(5.369)
Taxas de fiscalização	(146.382)	(135.899)
Custo de construção	(269.600)	(751.630)
Meio ambiente	(519.721)	(149.673)
Outros	(121.222)	(671.325)
	(8.298.542)	(7.554.589)

16. Outras (despesas)/receitas operacionais

	2014	2013
Depreciação e amortização	(85.077)	(87.530)
Constituição/reversão de PCLD (nota explicativa 6)	(426.418)	(385.522)
Provisão de terceiros	(781.322)	-
Perda de PIS/COFINS (nota explicativa 7)	(6.705.729)	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(858.649)	(460.703)
	(8.857.195)	(162.711)

17. Resultado financeiro

	2014	2013
Receita financeira	17.622.025	14.195.273
Receitas de aplicações financeiras	2.306.945	1.055.009
Variações cambiais ativas	15.292.265	13.045.072
Outras receitas financeiras	22.815	95.192

	2014	2013
Despesa financeira	(36.322.113)	(32.264.532)
Variações cambiais passivas	(32.462.482)	(28.190.063)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(3.153.296)	(3.965.583)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 9)	(571.246)	(7.036)
Outras despesas financeiras	(135.089)	(101.850)
	(18.700.088)	(18.069.259)

18. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	2014	2013
Lucro antes do IR e CS	(13.829.855)	(4.896.232)
Alíquota nominal (34%)	4.702.151	1.664.719

	2014	2013
Adições e exclusões não dedutíveis	1.433.762	(5.750.134)
Outros	(8.066.892)	59.420
IR e CS da alíquota efetiva	(1.930.980)	(4.025.996)
	-14%	-39%
IR e CS corrente	-	(2.012.670)
IR e CS diferido	(1.930.980)	(2.013.326)
	(1.930.980)	(4.025.996)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Segue instrumentos financeiros ativos e passivos classificados pelas suas categorias e comparados ao seu valor justo:

Descrição	Nota	Valor Contábil		Valor Justo	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.664.068	17.272.727	8.664.068	17.272.727
Ativo financeiro indenizável	8	260.761.074	261.951.199	260.761.074	261.951.199
Adiantamentos a fornecedores		614.548	493.683	614.548	493.683
Concessionárias e permissionárias	6	3.128.604	3.317.782	3.128.604	3.317.782
		273.168.294	283.035.391	273.168.294	283.035.391
Passivo					
Empréstimos	9	120.104.955	121.985.745	120.104.955	121.985.745
Fornecedores terceiros		450.300	212.147	450.300	212.147
Fornecedores partes relacionadas	20	9.999	-	9.999	-
		120.565.254	122.197.892	120.565.254	122.197.892

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.664.068	17.272.727	8.664.068	17.272.727
Ativo financeiro indenizável	8	260.761.074	261.951.199	260.761.074	261.951.199

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Adiantamentos a fornecedores		614.548	493.683	614.548	493.683
Concessionárias e permissionárias	6	3.128.604	3.317.782	3.128.604	3.317.782

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2014		2013	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos	9	120.104.955	121.985.745	120.104.955	121.985.745
Fornecedores terceiros		450.300	212.147	450.300	212.147
Fornecedores partes relacionadas	20	9.999	-	9.999	-

19.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2014. Consideramos a mudança na variável de risco de +5% e -5% respectivamente, em:

	31/12/2014	5%	-5%
Empréstimos	120.104.955	126.110.203	114.099.707

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados ao contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	2014	2013
20.1 Passivo		
Fornecedores (i)	9.999	-
Empréstimos (Nota explicativa 9)	120.104.955	7.209.624

	2014	2013
20.2 Resultado		
Despesa de aluguel (i)	58.032	55.887

Despesa com juros de empréstimos com a SGID (Nota explicativa 9) 571.246 7.036

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.

21. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

No exercício de 2014 a Administração internalizou o endividamento, este que estava com terceiros e foi transferido para a SGID (nota explicativa 9). Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

	2014	2013
Responsabilidade civil	24.885.466	24.885.466
Seguro Patrimonial	33.353.000	33.353.000
Veículos	46.449	4.803
	58.284.915	58.243.269

RAMON SADE HADDAD

Diretor Presidente

MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA

Diretor

ALDREA GIORGIA WERNECK

Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Walter Garcia Neumayer

Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0